REQUERIMENTO Nº , DE 2017
(Do Sr. Sérgio Souza)

Requer a apensação do Projeto de
Lei nº 4.744, de 2012, ao Projeto de
Lei nº 8.612, de 2017.

Senhor Presidente, Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 142, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a apensação do Projeto de Lei nº 4.744, de 2012, ao Projeto de Lei nº 8.612, de 2017, por se tratarem de matérias correlatas.

Justificativa

Nos últimos meses a Comissão Especial de Reforma Política tem debatido sobre os principais pontos do atual sistema normativo brasileiro que são objeto de críticas e que poderiam vir a ser objeto de propostas de modificação.

Muito se debateu sobre o sistema eleitoral, financiamento de campanha, coligações partidárias, distribuição dos recursos do Fundo Partidário, criação de outro fundo de financiamento, etc.

Os debates sobre os temas foram proveitosos e ricos em opiniões muito embora não se tenha alcançado consensos sobre alguns deles ao ponto de viabilizar a votação e aprovação de projetos de lei.

Enquanto membro da Comissão Especial de Reforma Política tive a oportunidade de chamar atenção para que a Reforma Política não se limitasse a discutir as normas contidas na Constituição Federal, na Lei das Eleições ou tampouco na Lei dos Partidos Políticos.

Em meu entendimento, a Reforma Política também deveria se ocupar de uma questão fundamental e que está na raiz de muitos pontos discutidos: a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Neste ponto chamo atenção de que é preciso repensar a formação cívica no ensino brasileiro.

Devemos, sim, continuar investindo na educação das crianças, dos adolescentes e dos jovens sem olvidar que, ao lado do ensino de matérias

tradicionais como português e matemática, por exemplo, devemos também educá-los para formarmos cidadãos conscientes de seus direitos e obrigações.

Em 2012, quando exerci o mandato de senador, apresentei o Projeto de Lei n.º 02/2012 que insere na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) novas disciplinas obrigatórias nos currículos dos ensinos fundamental e médio que tratam sobre o exercício da cidadania, os direitos da criança e do adolescente, a formação ética e política do cidadão, dentre outros.

O PLS n.º 02/2012 foi aprovado pela Comissão de Educação do Senado Federal – relatado à época pelo senador Cristovam Buarque – e encaminhado à Câmara dos Deputados, autuado nesta casa como Projeto de Lei n.º 4744/2012.

É importante ressaltar que o referido projeto apenas insere novas disciplinas no currículo obrigatório sendo que o conteúdo de cada uma delas será oportunamente debatido e discutido por educadores e órgãos educacionais competentes.

Dessa forma, crente de que a Reforma Política passa necessariamente sobre a educação e formação dos cidadãos, solicito o apensamento do PL 4.744/2012 ao PL 8.612/2017.

Sala das Sessões, 25 de setembro de 2017.

Sérgio Souza
PMDB/PR